

Submitted: Aug 31st, 2026

Approved: Aug 26th, 2026

Mulheres negras: vozes negras da pluralidade

Black women: black voices of plurality

Mujeres negras: voces negras de la pluralidade

Bruno Freitas Santos

Mestre em Educação

Instituição: Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)

Endereço: Pilão Arcado, Bahia, Brasil

E-mail: bs1926019@gmail.com

Elisângela de Santana Ferreira Castro

Graduanda em Educação Quilombola

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Endereço: São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil

E-mail: elisângela@gmail.com

Laiana Pindaiba Ferreira

Graduanda em Educação Quilombola

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Endereço: São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil

E-mail: laiana@gmail.com

Rosilene Pereira Marques

Graduanda em Educação Quilombola

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Endereço: São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil

E-mail: rosilenemarques@gmail.com

Valdirene Balduino de Menezes

Graduanda em Educação Quilombola

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Endereço: São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil

E-mail: valdirenemenezes@gmail.com

RESUMO

O contexto da mulher em especial as mulheres negras, ainda apresenta um cenário excludente e desafiador, que evidenciam persistentes discriminações raciais e de gênero enfrentadas pelas mulheres num contexto geral, e, de forma mais específica, pelas mulheres negras, marcada por uma série de crimes e violências que são situações históricas e culturais de uma sociedade ainda patriarcal e machista. Objetivo Geral: Reconhecer e valorizar as vozes negras na sociedade brasileira, promovendo reflexões críticas sobre o protagonismo de personalidades negras na história, na cultura e no cotidiano, a fim de combater estereótipos, fortalecer a identidade dos estudantes e estimular práticas de respeito à diversidade. Diante dessa realidade, o presente artigo

dedica-se a discorrer sobre as políticas nacionais, fazendo um paralelo histórico que emergiram do ativismo do Movimento de Mulheres Negras. Tal abordagem justifica-se na valorização da mulher e nas muitas contribuições das mulheres negras e suas múltiplas lutas de resistências e lutas por voz e vez.

Palavras-chave: políticas públicas, direito à igualdade, raças, igualdade entre gêneros.

ABSTRACT

The situation of women—particularly Black women—remains one of exclusion and challenge, highlighting persistent racial and gender discrimination. This context is marked by a series of crimes and acts of violence rooted in the historical and cultural dynamics of a society that remains patriarchal and sexist. General Objective: To recognize and value Black voices in Brazilian society by fostering critical reflection on the leading roles played by Black figures in history, culture, and daily life, with the aim of combating stereotypes, strengthening student identity, and encouraging practices that respect diversity. Against this backdrop, this article discusses national policies—drawing historical parallels—that emerged from the activism of the Black Women's Movement. This approach is justified by the need to value women and to acknowledge the significant contributions of Black women, as well as their multifaceted struggles for resistance, representation, and a voice in society.

Keywords: public policies, right to equality, race, gender equality.

RESUMEN

La situación de las mujeres, y en especial de las mujeres negras, sigue caracterizándose por un contexto excluyente y lleno de retos, que pone de manifiesto la persistente discriminación racial y de género a la que se enfrentan las mujeres en general y, más concretamente, las mujeres negras, marcada por una serie de delitos y actos de violencia que son consecuencia de las circunstancias históricas y culturales de una sociedad que sigue siendo patriarcal y machista. Objetivo general: Reconocer y valorar las voces negras en la sociedad brasileña, promoviendo reflexiones críticas sobre el protagonismo de las personalidades negras en la historia, la cultura y la vida cotidiana, con el fin de combatir los estereotipos, fortalecer la identidad de los estudiantes y fomentar prácticas de respeto hacia la diversidad. Ante esta realidad, el presente artículo se dedica a analizar las políticas nacionales, estableciendo un paralelismo histórico con el activismo del Movimiento de Mujeres Negras. Este enfoque se justifica en la valorización de la mujer y en las numerosas contribuciones de las mujeres negras, así como en sus múltiples luchas de resistencia y en su lucha por tener voz y voto.

Palabras clave: políticas públicas, derecho a la igualdad, razas, igualdad de género.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, entre as décadas de 1930 e 1940, o contingente populacional girava em torno de 41,1 milhões de pessoas, sendo 14,7% negras e 20,6% mulheres. Já, no contexto

do século XXI, nota-se que este é um país predominantemente negro, mais ainda repleto de raízes amargas de muito preconceito, racismo e exclusão por parte de uma sociedade dominante e nos casos mais graves racismo entre as pessoas de mesma raça e cor. Dados oficiais revelam que é o país mais negro fora do continente africano. Embora, sendo um país geograficamente negro, ainda persistem inúmeros problemas relacionados a raça, cor e gênero. Onde se deve traçar diretrizes para o efetivo combate à discriminação racial durante muito tempo foi tema ignorado, negligenciado principalmente se tratando do universo das mulheres.

Práticas racistas, machistas e sexistas, são mais comuns do que se possa mensurar, esse episódio de violência simbólica e estrutural é cada vez mais comum, o que revelam um índice preocupante de intolerância social e racial. Um modelo de uma sociedade, que tem como sintomas de uma sociedade ainda patriarcal, racista, discriminatória principalmente se tratando do gênero feminino, ainda vista com um olhar de inferioridade e de discriminação. “Ser mulher e negra no Brasil significa está inserida num ciclo de marginalização e discriminação social” (Santos, 2009). [...] “as mulheres negras e as mulatas que em geral, sofrem de tripla discriminação: sexual, social e racial. Portanto, tudo o que se coloca como problemático para a população negra atinge especialmente as mulheres”. (VALENTE, 1994)

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório, realizada por meio de revisão bibliográfica. A investigação baseou-se na análise de obras, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais que tratam da temática em questão. Foram consultadas bases de dados acadêmicas como Scielo, Google Acadêmico e periódicos da CAPES, utilizando-se como descritores os termos “vozes negras”, “racismo estrutural”, “identidade cultural” e “sociedade brasileira”.

O recorte temporal abrangeu publicações entre os anos de 2010 e 2024, com o objetivo de identificar contribuições recentes e relevantes sobre o tema. Os critérios de inclusão consideraram trabalhos, que abordam a valorização das vozes negras na sociedade brasileira sob diferentes perspectivas (histórica, social, cultural e educacional).

Já, os critérios de exclusão eliminaram estudos fora desse recorte temático ou que não apresentavam fundamentação científica consistente.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Virgínia Leone Bicudo (2010, p. 299), socióloga, psicanalista e estudiosa das consequências do preconceito de cor, especialmente do ponto de vista psicológico, aponta que: “[...] a mobilização coletiva das nossas populações negras esbarra na sua forte introjeção da visão de mundo própria aos brancos, particularmente estimulada, no Brasil, por uma forma de preconceito que desconhece rígidas polarizações raciais”.

E em concordância a tudo isso Bicudo (2010), diz:

[...] o preto e o mulato têm concepção desfavorável de si mesmos, como reflexo da concepção do branco sobre eles, dada a influência dos contatos primários, principalmente na infância. Consideram-se inferiores, feios e se sentem envergonhados por sua origem. (Bicudo, 2010, p. 299).

Muniz Sodré (1999, p. 45), jornalista, professor e pesquisador da cultura afro-brasileira, afirma: “A luta contra o racismo não é apenas uma questão moral ou jurídica, mas também cultural, pois envolve o direito de um povo narrar sua própria história”.

A reflexão de Muniz Sodré traz à tona a importância da cultura na luta contra o racismo. Mais do que garantir leis ou condenar práticas discriminatórias. É preciso reconhecer que o racismo de gênero é uma violência contra a mulher negra. Um problema que é um problema cultural e histórico no Brasil, e que precisa ser colocando em pauta para se buscar as possíveis soluções. Atuando também como um forma de silenciamento da memória e da identidade da mulher negra, que estava sempre associado como serviçal ou objeto de prazer carnal. Estereotípicos e violências como essas precisam ser severamente quebrados e desconstruídos na vida em sociedade.

Quando se nega a voz às comunidades negras, impede-se que elas contem suas histórias, que transmitam seus valores e que fortaleçam suas identidades particulares e individuais de cada uma. Assim, combater o racismo e a negação de direitos, não é apenas uma questão de aplicação de políticas públicas. Mas de um processo de educação e de conscientização acompanhado também do reconhecimento e da valorização das narrativas das mulheres negras, agora não vista mais como indivíduos passivos mais agentes ativos e protagonistas de sua própria história.

Permitir que um povo, fale de si mesmo é uma forma de resistência e de construção de um futuro em que a diversidade cultural, seja vista como riqueza coletiva para uma diversidade coletiva, que dialogue com o respeito mútuo. “[...] o racismo à brasileira se manifesta de forma disfarçada, mascarada sob a ideologia da democracia racial, o que dificulta sua identificação e combate.” (Gonzales, 1988, p. 75).

O pensamento de Lélia (1998) desvela a especificidade do racismo contra a mulher no Brasil: ao invés de se apresentar de maneira explícita, que opera como em regime de violência, desrespeito e exclusão, sustentado pelo mito de uma falsa democracia racial para as mulheres, onde há um espaço muito pequeno delas em cargos sociais no senado, congresso, câmara federal e demais espaços do mercado de trabalho.

Essa falsa ideologia cria a ilusão de igualdade de equidade entre brancos e negros, mulheres e homens. Ao mesmo tempo em que perpetuam práticas de exclusão, desigualdade e invisibilidade da cultura negra. Gonzales (1998) nos alerta para a necessidade de questionar esse mito e reconhecer a existência do racismo estrutural contra as mulheres negras na sociedade como um todo, que atravessa a sociedade brasileira em diversas dimensões na educação, no mercado de trabalho, na política e na cultura.

Sua reflexão é fundamental porque aponta que, sem a desconstrução dessa falsa harmonia racial, não há possibilidade de transformação social efetiva. A valorização das identidades negras, o fortalecimento do movimento social e a construção de políticas afirmativas são caminhos, que emergem desse pensamento crítico, e que são de extrema importância para novos ciclos e etapas.

Abdias do Nascimento (1978, p. 71), ativista, escritor e um dos maiores pensadores do movimento negro no Brasil, afirma: “Enquanto a sociedade brasileira não reconhecer plenamente o valor da herança cultural africana e a dignidade dos seus descendentes, continuará sustentando uma democracia racial apenas ilusória”.

A fala do Nascimento (1978) revela a contradição histórica da sociedade brasileira: ao mesmo tempo em que exalta a diversidade cultural, nega a valorização plena da contribuição africana. A ideia de “democracia racial” muitas vezes é usada como discurso para mascarar desigualdades profundas, impedindo que a população negra tenha sua história e identidade reconhecidas de forma justa.

Assim, como destaca Nascimento (1978), não se trata apenas de inclusão simbólica, mas de um reconhecimento real, que valorize a cultura, a memória e os saberes afro-brasileiros. Esse processo é essencial para desconstruir estigmas e construir uma

sociedade mais justa, onde as identidades negras sejam vistas como parte fundamental da formação nacional.

Mulheres negras, apesar de todas as desigualdades a que estão submetidas todos dias durante todo o processo de uma história marcada pela dominação e pela violência, são capazes de fazer e ser tudo aquilo que desejarem, incluindo terem sucesso pessoal e profissional. E o mais importante romperem com o ciclo de dominação e inferiorização a que as mulheres negras são predestinadas desde seus nascimentos.

A articulação entre o sexismo e o racismo incide de forma implacável sobre o significado do que é ser uma mulher negra no Brasil. A partir dos diversos tipos de racismo e da consequente hierarquia racial construída, ser negra passa a significar assumir uma posição inferior, desqualificada e menor. Uma visão e uma ideologia que, vem sendo vendida ao longo da história e agora pela mídia ideológica, que é implantada nos meios de comunicação (Brasil, 2008).

Os estudos revisados apontam que, embora representem uma parcela significativa da população, as mulheres negras ainda estão sub-representadas em espaços de poder político, econômico e acadêmico (Silva, 2020; Souza, 2022). No mercado de trabalho, os resultados indicam, que a maioria das mulheres negras encontra-se em ocupações informais e de baixa remuneração, reproduzindo desigualdades históricas herdadas do período escravocrata, e que se estende até hoje.

Esses dados reforçam a tese de Carneiro (2011), segundo a qual a exclusão socioeconômica das mulheres negras é um dos pilares do racismo estrutural brasileiro. Além disso, observou-se a permanência de estereótipos culturais, que afetam a construção da identidade e a autoestima dessas mulheres. Segundo Antônia Quintão:

“A exclusão simbólica, a não-representação ou distorções da imagem da mulher negra nos meios de comunicação são formas de violência tão dolorosas, cruéis e prejudiciais que poderiam ser tratadas no âmbito dos direitos humanos”.

A literatura analisada destaca que a mídia, muitas vezes, reforça padrões eurocêntricos de beleza exagerada sempre magra, pele branca, olhos azuis e cabelos loiros, marginalizando características fenotípicas negras, o que impacta diretamente na forma como as mulheres negras são percebidas, e se percebem diante de si mesma e diante do mundo em que está inserida (Gonçalves, 2019).

Por outro lado, os resultados também revelam avanços importantes. Nos últimos anos, cresceu a presença de mulheres negras em movimentos sociais, coletivos acadêmicos e espaços de militância digital, fortalecendo a noção de representatividade e protagonismo. Esse movimento tem contribuído para tensionar as estruturas sociais e ampliar o debate sobre equidade e justiça racial, mas ainda não é suficiente.

Assim, a discussão evidencia que, embora persistam desafios relacionados à desigualdade e ao racismo estrutural, as mulheres negras têm se consolidado como agentes centrais na luta por transformações sociais no Brasil, ressignificando seus espaços de fala e construindo novas perspectivas para as futuras gerações, onde haja liberdade e reconhecimento.

[...]O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito, que se põe sempre como o essencial, e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial. Como pode realizar-se um ser humano dentro da condição feminina? (Beauvoir, 2016, p. 23).

Historicamente e culturalmente falando as mulheres negras foram sempre alvo fácil dos mais diversos tipos de violência, principalmente a violência sexual, e por se destacarem mulheres e pertencente a raça negra e de classe de vulnerabilidade e fragilidade social, isso se torna muito mais agravante.

Afetadas por uma cultura racista e misógina, com raízes históricas na escravidão e no patriarcado elas, sempre sofreram no silêncio, na escuridão do medo, da insegurança e das muitas incertezas, que as afetavam e afetam diretamente. E ao fazer, um recorte histórico dos maiores índices de assédio, estupro e violência doméstica, as mulheres negras aparecem em números exorbitantes de extrema violência, o que mostra a perpetuação de uma cultura extremamente violenta e perigosa.

“O destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não sê-lo, (Beauvoir, v II, 2016, p. 185).

A vulnerabilidade, a pobreza, a falta de autonomia financeira levaram milhares de mulheres negras a se entregarem a venda de seus próprios corpos para terem direito a uma sobrevivência repleta de torturas, violências e assédios.

Diante de todo esse cenário de vulnerabilidade e fragilidade social, surge a pergunta que não quer se calar. Qual a origem histórica de tamanha violência contra a mulher

negra? A resposta é mais simples do que o que parecer. Ela origem tem raízes profundas no período colonial e escravocrata, onde eram vistas como objetos de uso, e reciclável eram vendidas e jogadas para a exploração sexual, um legado que persiste no imaginário social de muitas das estruturas atuais, marcadas por profundos e sérios estereotípicos e preconceitos culturalmente formados e idealizados por um determinado grupo dominante.

Para Lucena et al (2016, p. 2), a violência contra mulher:

[...] tem-se produzido sob a organização hierárquica do domínio masculino nas relações sociais entre os sexos. É um tipo de relação social historicamente delimitada, culturalmente legitimada e cultivada, na qual a mulher está exposta a agressões objetivas e subjetivas, tanto no espaço público como no privado.

E ao adentrar na temática da violência contra as mulheres, não é apenas de gênero, raça ou cor. É uma questão cultural e histórica, que assola o mundo e o imaginários de muitos. Criando um cenário de exploração, dominação, múltiplas violências e fragilidades sociais. Que agrava o psicológico, o físico e o mental de centenas de mulheres negras, que não tiveram a chance de recuperar sua própria dignidade e tiveram destinos marcados e predestinados pela violência e pela tortura de determinados grupos sociais e de circunstâncias sociais, que as oprimiam e as violentavam das mais diversas formas e maneiras.

Mulheres negras foram colocadas em posição de extrema violência, onde as mesmas sempre foram estereotipadas e sexualizadas, pelo padrão de sociedade que sempre venderam a imagem de alvos mais fáceis de violência sexual, sendo vistas mais como objetos de desejo (masculino) do que como sujeitos donas de seu próprio desejo e de seus corpos. E até hoje, esses tabus ainda continuam muito fortes em determinadas culturas. A OMS (2002) define violência sexual como:

[...] qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual ou outro ato dirigido contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção por outra pessoa, independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer configuração. Inclui estupro, que é definido como a penetração, por coerção física ou outra, da vagina ou ânus com o pênis, outra parte do corpo ou um objeto.

Dados e estatísticas oficiais apontam que as mulheres negras são as maiores vítimas de assédio sexual e violência doméstica. E isso, ocorre por causa de vários fatores, tais como uma maior vulnerabilidade econômica, que gera pobreza e miséria social.

A violência afeta a saúde física e mental, carreira profissional e mobilidade social, gerando estigma e isolamento nesse grupo de mulheres negras, e que na maioria das vezes não recebem o apoio necessário, onde muitos ficam com serias sequelas por toda vida. Barreiras históricas e culturais, que contribuem para o crescimento violento e exorbitante do racismo e o sexismo de uma sociedade patriarcal, muito violenta e prejudicial para os grupos mais vulneráveis.

“Estamos convencidos de que racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata revelam-se de maneira diferenciada para mulheres e meninas, e podem estar entre os fatores que levam a uma deterioração de sua condição de vida, à pobreza, à violência, às múltiplas formas de discriminação e à limitação ou negação de seus direitos humanos.” (Durban, 2001).

A Declaração da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, parágrafo 69. Mulheres e meninas negras, jovens e de minorias étnicas sofrem violências extremas e exorbitante. Um problema que é cultural e que precisa ser melhor enxergado para que sejam tomadas as ações, e as decisões para que tal cenário seja, convertido num cenário de equidade, respeito e de devolução da dignidade da pessoa humana, independentemente da cor de pele, da classe social ou do gênero que possua.

Os diferentes tipos de assédios e abusos começam bem na infância, e isso abre maus caminhos para as mais diversas formas de violência sexual, tráfico e exploração. Diante desses fatos muitas ações e políticas públicas precisam ser traçadas para que esses números sejam amenizados positivamente. Quando falamos em violência de gênero, assim, observamos que a manutenção do poder se instrumentaliza por meio das relações de dominação e subordinação, que dão a ideia de que os homens são donos dos corpos femininos (Blay, 2014, p. 5).

A combinação de múltiplas formas de discriminação, desigualdades sociais, econômicas e culturais alimentam os diferentes tipos de violência de gênero, de raça, de etnia, de classe de orientação e de identidade sexual. Para Ana Carolina Querino, Coordenadora de Direitos Econômicos do ONU Mulheres Brasil e Cone Sul o racismo é:

“O racismo é um fenômeno ideológico, que se manifesta de distintas formas e que preconiza a hierarquização dos grupos, atribuindo a alguns deles valores e significados sociais negativos que servem de justificativa para seu tratamento desigual. Concretamente, nossas sociedades foram estruturadas a partir da definição de lugares sociais para mulheres e para a população negra que não passam pelos espaços de poder e cidadania plena.”

Segundo estudos de Ana Carolina Querino, Coordenadora de Direitos Econômicos do ONU Mulheres Brasil as questões raciais, sempre foi um aspecto da violência e das muitas formas de discriminação, que precisam de um olhar sensível para todas essas questões, que são as vezes silenciadas, mascaradas ou deixadas de lado. Almeida (2018, p.25):

“O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para individuais, a depender do grupo raça ao qual pertençam”.

Na visão de Luiza Bairos, socióloga e ex-ministra da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) as mulheres negras aparecem como maioria das vítimas em diversos indicadores de violações de direitos humanos. E no Brasil, não é diferente. Um problema com fortes heranças culturais e carregadas de inúmeros tabus e estereotípicos difíceis de serem quebrados ou desconstruídos. E o pior são os dados da Central de Atendimento à Mulher, o mais conhecido Ligue 180 relativos ao ano de 2013 apontam que 59,4% dos registros de violência doméstica no serviço referem-se a mulheres negras. Um cenário que é muito preocupante, e que necessita de ações e intervenções emergências para garantir a segurança e a dignidade da pessoa humana, que é essencial para a vida e para sua segurança.

Na medida em que as relações sociais que se estavam configurando em relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumento de classificação social básica da população (Quijano, 2005: p.117).

E o cenário fica ainda mais preocupante ao observar atentamente o dossiê Mulher de 2015, do Instituto de Segurança Pública, onde são apontados que 56,8% das vítimas dos estupros registrados no país em 2014 eram negras. E 62,2% dos homicídios de mulheres vitimaram pretas (19,3%) e pardas (42,9%). Isso trata-se de um problema de saúde pública, onde a União, Estado, Municípios e organizações não governamentais precisam articular ações, conscientização projetos, reeducação e a criação de leis mais rígidas para educar, disciplinar e corrigir esse cenário de violência que é tão emergencial. E de acordo com estudos recentes do IPEA (2024), que apontam, que entre as mulheres

assassinadas, mais de 60% são pretas ou pardas. Além da população negra sofrer com atividades laborais excessivas, foram catalogados como subumanos, sendo a sua existência vinculado ao lucro. Já, as mulheres negras, restou a exploração sexual, enfatizada com a prostituição de baixo preço. Morrendo sonhos e expectativas de dias melhores.

As taxas de homicídios de mulheres negras é o dobro da taxa das mulheres brancas, isto é um problema socio cultural, em que precisam ser trabalhados uma educação voltada para essas questões que são tão alarmantes e preocupantes. Já, segundo dados do Ministério da Justiça aponta ainda, que a maioria entre as vítimas de tráfico de pessoas são pessoas negras. O que só, confirma o problema do preconceito, do racismo e dos estereotípicos, que foram construídos ao longo da existência humana. “sendo que a hierarquia presente que respalda, mormente o assediador é sua condição de ‘macho’, dando ao homem a dominação do sobre os corpos femininos” (Diniz, 2005, p. 5)

Bell Hooks (1995) os corpos das mulheres negras são representados no período escravista era a exploração sexual, um destino cruel e traçado pelos brancos.

[...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as ‘mulheres desregradas’ deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. (Hooks, 1995, p. 469)

Mulheres essas, que são submetidas todos os dias a algum tipo de violência, desde o momento mais sagrado de dar à luz, como por exemplo a violência obstétrica no Brasil, onde a maioria das vítimas são mulheres são pretas ou pardas. Esses dados foram frutos de uma pesquisa e de um estudo nacional publicado em 2014, nos Cadernos de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz.

É desafiador trabalhar contra racismo, o sexismo e o patriarcado que tem bases e raízes tão profundas em uma sociedade que é estruturante dentro das relações de poder e de privilégios sociais para aqueles, que detém o poder econômico.

A violência contra as mulheres é produto da combinação de muitos outros marcadores sociais, que estão camuflados e mascarados dentro de um processo em que

imperam as desigualdades associadas aos papéis atribuídos ao gênero masculino e feminino. E isso, é algo cultural, o que se torna uma forte barreira a ser quebrada todos os dias, dentro de uma sociedade em que se naturalizou todas essas formas de violência e discriminações. No Atlas da Violência de 2021 apresentou que entre 2009 e 2021 houve um aumento de 2% nos homicídios de mulheres negras, enquanto o número de mulheres não negras caiu 26,9%, em 2019. Dados preocupantes, pois para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras (Cerqueira, 2021, p.38).

O enfrentamento ao processo de violação de direitos das mulheres negras precisa de um conjunto de ações e de intervenções, que deve começar de dentro e fora de casa. Onde a própria criação e educação de muitas famílias enxergam tudo isso, como algo natural, o que de fato é algo anormal.

As desigualdades e discriminações tem cor e essa cor na maioria das vezes é a cor negra, que para muitos ignorantes, negligentes e desinformados está associado a algo pejorativo e inferior. As múltiplas formas de discriminação, racismo e estereotípicos estão baseadas no sexo, raça e status econômico. Daí, as mulheres negras se tornam alvos e presas muito fáceis dos agressores, que pode ser o próprio pai, irmão, marido ou pessoas próximas.

[...] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões[...] (Crenshaw, 2002, p.177).

As violações à integridade física, moral ou psicológica das mulheres negras é crime previsto em lei. No entanto, as próprias leis aqui instituídas, não são suficientes para atender uma demanda crescente de violência e de práticas violentas. Ser mulher negra em uma sociedade machista, patriarcal e violenta é muitas das vezes ocupar um lugar de inferioridade, pois ser negra está marcada por múltiplas situações de risco e perigos. Os indicadores sociais, quando avaliados na perspectiva da mulher negra, revelam um contexto de desigualdades em que essa parcela da população, fica mais suscetível aos diversos tipos de violências.

A violência conjugal para as mulheres negras, tem sido uma dura e triste realidade. Porque muitos desses casamentos, tem se tornado uma prisão, onde são frequentemente e

intensificada os diferentes tipos de violações, que cotidianamente alimenta ciclo vicioso do racismo, do sexismo e do patriarcado.

(...)a constante fiscalização de sua sexualidade, na medida em que são consideradas hiper sexualizadas; a negação de sua sexualidade, uma vez que seus atributos estéticos estão distantes daqueles atribuídos às mulheres brancas, tomados como padrão de beleza; a violência sexual, como forma de humilhação e/ou pela desconsideração de sua humanidade; as humilhações degradantes, com ou sem a presença do insulto racial, ancoradas na percepção de seu status socialmente subalterno; a exploração econômica dos recursos obtidos pelo seu trabalho remunerado, com base na imagem de que são trabalhadoras incansáveis e que o mero fato de se relacionar com elas constitui, por si só, um favor, que deve ser retribuído; a exploração de seu trabalho no âmbito doméstico, com base na imagem de que são naturalmente cuidadoras; a agressão física brutal, que parte do pressuposto de sua força física avantajada. (Pereira, 2013, p.)

Assim é a vida de milhares de mulheres em situações de violências sofridas, dentro de seu próprio lar, no casamento, no mercado de trabalho e dentro de mutas religiões. Injúrias raciais e agressões verbais racistas contra mulheres negras precisam ser combatidas com maior veemência e com maior rigidez. O Assédio sexual contra mulheres negras precisam de um olhar específico, pois os dados são alarmantes e preocupantes para um país considerado negro com o Brasil.

Sexismo e racismo precisam dar lugar para oportunidades, respeito e equidade social. As desigualdades no mercado de trabalho, das diferenças salariais, precisa abrir espaço para milhares de mulheres fortes, resilientes e resistentes para uma história, que não seja mais marcada pelo medo, pela solidão e pela violência cultural e histórica.

A reflexão sobre a imagem das mulheres negras também é uma parte importante do enfrentamento desses inúmeros estereótipos discriminatórios, que autorizam violências das mais diversas formas. No caso específico das mulheres negras, no Brasil, esses estereótipos são agravados pela carga histórica escravagista de objetificação e subalternidade, que reforçam mitos racistas como o da mulher negra hipersexualizada sempre disponível. “Durante toda a infância, a menina foi reprimida e mutilada [...]. De uma maneira mais ou menos velada, sua juventude consome-se na espera. Ela aguarda o Homem” (Beauvoir, v II, 2016, p. 75).

Discutindo a violência sexual de forma ampla, além da questão do estupro e assédios, podemos ver que as mulheres negras, ainda tem que enfrentar as questões da exploração sexual infantil, de adolescentes e o tráfico de mulheres, onde compõe o grupo de maior incidência. Isto tem forte relação às imagens de controle, que envolvem a mulher

negra como objeto de consumo e exploração sexual, como também a ausência de políticas públicas de controle e responsabilidade midiática e da indústria do turismo, que deveriam trabalhar para a eliminação destes estereótipos, mas acabam por reforçá-los, gerando cada vez mais e mais violência.

Com a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, na Resolução 48/104 (1993, p. 2), o assédio foi considerado ato de violência contra as mulheres: [...] b) violência física, sexual e psicológica praticada na comunidade em geral, incluindo a violação, o abuso sexual, o assédio e a intimidação sexuais no local de trabalho, nas instituições educativas e em outros locais, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada (Devn, 1993, p. 2).

Violência contra as mulheres é uma triste realidade, que precisa ser combatida veemente. Para que não haja mais espaço para os inúmeros casos de desigualdades baseadas no gênero e raça/cor das pessoas. Situações de violência, que resulta na exclusão de gênero e raça. O enfrentamento da violência vivida por milhares de mulheres pode ser identificadas como um obstáculo social. Porque milhares delas, ainda vivem cercada pelos sentimentos de medo, vergonha, timidez, desinformação e represálias. E acabam se estacionando e se calando diante de tais situações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo evidenciou que a condição das mulheres negras no Brasil é ainda muito marcada pela persistência de inúmeras desigualdades estruturais, alinhadas ao racismo, patriarcado, sexismo e muita violência. Sem falar de um olhar preconceito e de inferioridade que atravessam dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais. Os resultados apontaram que o racismo, o machismo, o patriarcado e o sexismo, quando combinados, produzem uma dupla vulnerabilidade, que impacta diretamente as oportunidades e a qualidade de vida dessas milhares mulheres negras, que são todos os dias são invisibilizadas e negligenciadas nas pequenas circunstâncias do dia a dia pela própria família, pelos seus companheiros, pelo mercado de trabalho e por toda uma sociedade.

Entretanto, também foi possível observar que, apesar dos desafios, as mulheres negras vêm assumindo um papel de protagonista cada vez mais, relevante na luta por reconhecimento, representatividade e justiça social, mesmo de forma lenta. No entanto,

há avanços significativos, quando se trata da atuação em movimentos sociais, coletivos acadêmicos e espaços digitais em nome de liberdade e de espaço. O que demonstra a potência das vozes negras femininas desde sempre, e que a partir de agora são permitidas novas construções dentro de novas narrativas e de um novo enredo. Em que as estruturas de poder historicamente excludentes, são obrigadas a reconhecer o valor da mulher negra em toda a sua plenitude.

Dessa forma, compreende-se que discutir as questões relacionadas a valorização das mulheres negras no Brasil, não é apenas reconhecer desigualdades, mas também valorizar suas resistências, conquistas e contribuições para a sociedade, onde várias mulheres negras como tantas Dandaras do passado e tantas Conceição Evaristo no presente são vozes que disseminam espaço, voz e vez.

É necessário ainda, que políticas públicas, práticas educacionais e ações culturais avancem na perspectiva de promover equidade de gênero e racial, consolidando um país mais justo e plural para milhares de mulheres, que segundo o percentual do Censo 2022 do IBGE, é de 51,5% da população, superando o número de homens em cerca de 6 milhões, com 94,2 homens para cada 100 mulheres, refletindo maior expectativa de vida, de valores e de direitos femininos.

Dessa forma, conclui-se que a temática abordada possui relevância científica e social, sobretudo por fomentar reflexões que ultrapassam o campo acadêmico e dialogam com a realidade excludente e machista de uma sociedade ainda com inúmeros estereotípicos e tabus. Por fim, destaca-se a importância de futuras pesquisas que aprofundem o debate, e que se ampliem novos referenciais explorando novas perspectivas teóricas, contribuindo para o avanço de uma sociedade muito mais equitativa e menos preconceituosa.

REFERÊNCIAS

ABDIAS Nascimento no papel de Otelo na peça de William Shakespeare, s.d. Arquivo Nacional. Fundo Correio da Manhã. (n. d. b). Recuperado de: https://br.pinterest.com/pin/737183032729380368/sent/?invite_code=0bd48d7496f24537819557e1826ea255&sfo=1.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BLAY, Eva Alterman (org.). Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. Edição organizada por Marcos Chor Maio (Org). São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010. BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (Org.). Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo: Editora Anhembi/Unesco, 1955. p. 227-310.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. 3 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: a experiência vivida, volume 2. 3 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2016.

CARNEIRO. Sueli e SANTOS, Tereza. Mulher negra. São Paulo, Conselho Estadual da Condição Feminina/Nobel, 1985.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: Estudos Avançados, São Paulo, nº 49.2003, 126 p.

CERQUEIRA, Daniel Atlas da Violência 2021 / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Inclui Bibliografia. CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista estudos feministas, v. 10, p. 171-188, 2002.

GAMA, Almerinda. Almerinda Farias Gama. Depoimento à Angela Maria de Castro Gomes e Eduardo Stotz, Cpdoc-FGV, Rio de Janeiro, 8 jun. 1984.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo Latino Americano. Ensaios Intervenções e Ensaios. ZAHAR. 2020.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, p. 87-106, 1988.

GIACOMINI, S.M. Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Rio de Janeiro, Vozes, 1988. 66 p.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. Estudos feministas, v. 3, n. 2, pág. 464, 1995. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: população

por sexo e idade – resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>Acesso em:10-01-2026

IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

LUCENA, Kerle Dayana Tavares de et al . Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. J. Hum. Growth Dev., São Paulo , v. 26, n. 2, p. 139-146, 2016 .
Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0104-12822016000200003&lng=pt&nrm=isso>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Resolução 48/104 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de dezembro de 1993. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 1993. ONU. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher - CEDAW. 18 dez. 1979. Disponível em:
<http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf>
Acesso em: 16 jul. 2025.

ONU. Declaração Sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Brasília, 20 dez. 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório mundial sobre violência e saúde. Brasília: OMS; 2002. Disponível em: Acesso em: 23 mai. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: ed. CLACSO, 2005. pdf. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf.
Acesso: 15/01/2026.

SANTOS, Gevanilda. Relações raciais e desigualdades no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2009

SODRÉ, Muniz. A comunicação do grotesco. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. In: Gênero, patriarcado, violência. 2004. p. 151-151

SODRÉ, Muniz. A comunicação do grotesco. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. Ser Negro No Brasil Hoje. 11 ed. São Paulo: Moderna, 1994.